



OBSERVATÓRIO DA CIDADE RESILIENTE



CAMPANHA
CONSTRUINDO CIDADES RESILIENTES



MINHA CIDADE ESTÁ SE PREPARANDO!

Temas Abordados: Campanha Mundial “Construindo Cidades Resilientes, Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres – Sendai e a sua integração com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres.

PUBLICAÇÃO: 21/08/2020



COVID-19: Países das Américas precisam ampliar oferta de serviços de saúde mental

Os países das Américas devem expandir e investir em serviços de saúde mental para lidar com os efeitos da pandemia de COVID-19, disse nesta terça-feira (18) a diretora da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Carissa F. Etienne.

“A pandemia de COVID-19 causou uma crise de saúde mental em nossa região em uma escala nunca vista. É a ‘tempestade perfeita’ em todos os países, pois vemos necessidades crescentes e recursos reduzidos para atendê-las. É urgente que o apoio à saúde mental seja considerado um componente crítico da resposta à pandemia”, disse a diretora da OPAS.

“Os serviços de saúde mental e violência doméstica são essenciais e devemos enfatizar a abordagem das lacunas reveladas pela pandemia. Hoje, peço aos países que adotem as medidas necessárias para garantir que todos possam receber os cuidados de que precisam e merecem”, ressaltou Etienne em coletiva de imprensa.

A diretora da Organização destacou que os casos positivos de coronavírus chegaram a quase 11,5 milhões e mais de 400 mil pessoas perderam a vida pela doença. “As Américas têm aproximadamente 13% da população mundial, mas 64% das mortes globais oficialmente notificadas”, disse ela.

A pandemia está tendo um sério impacto sobre trabalhadores de saúde, que estão trabalhando mais horas do que nunca e arriscando suas próprias vidas enquanto os hospitais lutam para manter equipamentos de proteção individual suficientes. “Depois de

meses operando em modo de crise, nossos profissionais de saúde estão enfrentando esgotamento, ansiedade e depressão”, evidenciou Etienne.

Os passos mais eficazes são contratar e treinar mais profissionais de saúde e integrar a saúde mental e o apoio psicossocial nos sistemas de atenção primária à saúde para que sejam facilmente acessíveis àqueles que mais precisam deles, acrescentou.

Etienne afirmou ainda que “todos que precisam de apoio de saúde mental devem se sentir à vontade para pedir ajuda. Ninguém deveria sofrer sozinho e sem apoio profissional, principalmente agora. Naturalmente, alguns dos mesmos conceitos se aplicam à violência doméstica. Esses serviços devem ser acessíveis e integrados no nível local; precisamos de inovações para alcançar e apoiar sobreviventes e é fundamental combater o estigma. A violência nunca é aceitável e as sobreviventes da violência doméstica não devem ser culpadas”.

“A real extensão da violência doméstica durante a COVID-19 está provavelmente subestimada, pois as sobreviventes estão presas em casa e os serviços de apoio e extensão foram interrompidos. Com o contato reduzido com amigos e familiares ou barreiras no acesso a serviços e abrigos, estamos deixando sobreviventes sem ter para onde ir. Os custos da violência são extraordinariamente altos, então o apoio às sobreviventes não pode ser suspenso”, disse Etienne.

A OPAS tem ajudado os países a fortalecerem políticas e serviços e expandirem o aprendizado virtual para profissionais de saúde para que saibam como identificar e apoiar sobreviventes de violência durante a pandemia e alguns lugares que usam abordagens inovadoras para garantir que sobreviventes de violência possam pedir ajuda discretamente, como por meio de palavras em código ou sinais com as mãos.

Pacientes positivos para COVID-19 também experimentam insônia, delírio ou até depressão, pontuou a diretora da OPAS. Muitas pessoas têm medo de desenvolver doença grave, outras estão, compreensivelmente, preocupadas com suas vidas, observou. Pesquisa preliminar indica que até um terço dos pacientes em recuperação da COVID-19 pode ter mudanças duradouras em seu humor e sofrer de ansiedade ou depressão.

As doenças mentais são uma epidemia silenciosa que afetou as Américas muito antes da COVID-19, com depressão e ansiedade listadas como duas das principais causas de incapacidade. A região também possui o segundo maior consumo de álcool do mundo. Emergências podem piorar nessas condições, Etienne ressaltou.

Durante a pandemia, “muitos de nós sentimos medo de uma infecção ou ansiedade quando estamos doentes; tristeza porque nossos entes queridos sucumbiram ao vírus; incerteza sobre o futuro, pois os empregos e a vida como conhecíamos ficaram ameaçados; oprimidos pelas notícias e desinformação; e solitários ou isolados após

semanas ou mesmo meses de distanciamento social. Todos nós estamos sofrendo – especialmente aquelas pessoas afetadas por problemas de saúde mental pré-existentes”.

“Devemos nos empenhar para que aqueles que vivem com problemas de saúde mental, bem como sobreviventes da violência, tenham os recursos e o apoio dos quais precisam. Esta pandemia nos lembra que uma boa saúde mental é necessária para o bem-estar das pessoas e das sociedades”, finalizou a diretora da OPAS.

FONTE: <https://www.paho.org/pt/noticias/18-8-2020-paises-devem-ampliar-oferta-servicos-saude-mental-para-lidar-com-efeitos-da>



Infodemia tem tornando resposta às emergências de saúde ainda mais difícil, afirma OPAS

A infodemia — um aumento significativo no volume de informações, corretas ou não, sobre um tema específico — tem dificultado a resposta à pandemia de COVID-19, afirmou na sexta-feira (14) a representante da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e da Organização Mundial da Saúde (OMS) no Brasil, Socorro Gross, na aula inaugural da especialização Comunicação em Saúde, promovida pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) Brasília.

Após saudar os 30 alunos selecionados para a primeira turma da pós-graduação, Gross falou sobre a relevância da parceria com a Fiocruz, pontuando que um dos pilares fundamentais da estratégia de promoção da saúde é a comunicação em saúde.

“No curto período em que vivemos esta terrível pandemia, uma grande quantidade de informações, muitas delas falsas, inundou os diferentes canais que existem, como as redes sociais e os meios de comunicação.”

“Muitas pessoas estão se perguntando qual notícia é a correta e, por isso, essa formação é tão importante – não só por levar à população as informações certas, mas também pela oportunidade de combater as notícias falsas que causam tantos danos à população e trazem insegurança”, ressaltou Gross.

Segundo a representante da OPAS no Brasil, o curso formará pessoas e profissionais que contribuirão para a construção de uma saúde universal, fortalecendo a democracia da comunicação, permitindo às pessoas ter acesso a informações oportunas para que possam proteger a si e a suas famílias das ameaças à saúde.

A especialização, estruturada em sete módulos, foi lançada em janeiro deste ano com palestra magna de Renata Schiavo, professora da Universidade de Columbia. A OPAS é parceira da Fiocruz Brasília para a realização da pós-graduação e coordenará, junto ao Ministério da Saúde, o módulo Saúde e Mídias, previsto para ocorrer em fevereiro de 2021.

A aula inaugural da pós-graduação — transmitida virtualmente aos alunos e interessados no tema com mediação do coordenador de comunicação da Fiocruz Brasília, Wagner Vasconcelos — contou com palestras da pesquisadora da Universidade de Buenos Aires, Monica Petracci, e do professor da Universidade Johns Hopkins, Benjamin Lozare.

Na ocasião, a Fiocruz Brasília também lançou o e-book “Fake News e Saúde”, organizado pela assessoria de comunicação da instituição com base no “VI Seminário Nacional e II Seminário Internacional As Relações da Saúde Pública com a Imprensa: Fake News e Saúde”, realizados em março de 2019.

O curso, inicialmente previsto para acontecer presencialmente, precisou ser adaptado devido ao distanciamento físico imposto pela pandemia de COVID-19. “Se nosso encontro de hoje fosse presencial, estaríamos recebendo os alunos no jardim da Fiocruz, mas por força da necessidade de cuidado, trabalhamos para garantir esta transmissão ao vivo”, disse Fabiana Damásio, diretora da Fiocruz Brasília.

“Os tempos são difíceis e demandam de nós compreensão, atenção e a desafiadora tarefa de mantermos viva a nossa rede de afetos com o auxílio das ferramentas virtuais. Diante das dificuldades, nós assumimos o desafio de ofertar o curso virtualmente”.

Cristiane Machado, vice-presidente de Educação, Informação e Comunicação da Fiocruz, ressaltou que para a Fundação, a “comunicação não é uma área meio e sim uma área finalística, porque remete ao direito dos cidadãos de ter acesso a informações confiáveis, possibilidade de diálogo, ou seja, um conjunto abrangente de direitos que estende a possibilidade de acesso a outros direitos”.

Consumo desenfreado de desinformação

Em sua palestra, a pesquisadora argentina Mónica Petracci abordou, entre outros temas, as mudanças no modelo de comunicação em saúde exigidas pelos meios digitais e os desafios impostos pelo agravamento da infodemia durante a COVID-19.

“A emergência sanitária desencadeou um consumo desmensurado de desinformação. A OMS definiu como infodemia, ou pandemia de desinformação, uma rede de comunicação que é a porta de entrada para a presença da desinformação. Vale a pena estudarmos o peso dos diferentes atores que produzem esta infodemia”, explicou.

Com base em um artigo publicado ao fim de 2019, a pesquisadora argentina também apresentou uma agenda propositiva para lidar com pandemias em termos de comunicação.

“Os números colocam em evidência que as linguagens especializada e jornalística são difíceis de conciliar. Mostrar uma curva ou uma medida requer o conhecimento de especialistas, mas muitas vezes eles não consideram o papel da compreensão desses números.”

“Os comunicadores têm como tarefa não naturalizar esses dados. A comunicação de pessoas mortas foi naturalizada, mas essas pessoas são histórias, existe luto e dor por trás de tudo isso”. Para Petracci, recorrer às mídias sociais é algo muito importante neste momento desde que se saiba avaliar as características de cada uma delas para trazer mensagens de maneira clara.”

Comunicação eficaz depende de aprendizado contínuo

Benjamin Lozare deu ênfase à importância do aprendizado e da liderança na comunicação durante a COVID-19 e outras pandemias que ainda virão: “a base da função de liderança em comunicação é crucial. Para mudarmos os outros, precisamos mudar a nós mesmos em primeiro lugar”.

De acordo com o professor da Universidade Johns Hopkins, momentos de crise são também momentos que oferecem a grande oportunidade de aprender e aprimorar o que já se sabe. “Temos que questionar tudo. A síndrome do “eu sei, eu sei” (IKIK, em inglês) quer dizer que podemos parar de aprender. E precisamos aprender com outras culturas. Nós cometemos erros, mas isso faz parte do processo de aprendizado.”

Segundo o professor, a forma como podemos comunicar e liderar depende diretamente de como vemos e nos relacionamos com os outros. “A COVID-19 é um problema que apresenta diversos desafios em termos de liderança. Ainda não saímos da nossa zona de conforto”. Para Lozare, a equação mais adequada para uma comunicação efetiva neste contexto é a combinação entre liderança e um bom gerenciamento.

“O ideal talvez seja o mínimo de ‘lidar com o problema’, mas com o apoio de uma boa gerência e liderança. E muitas vezes olhamos para a liderança como alguém que está no topo, mas existem líderes em todos os níveis de uma organização, do mais alto ao mais baixo.”

“Uma comunicação em saúde eficaz é um investimento, não um gasto, pois temos retorno: salva vidas, economiza dinheiro e é crucial nos resultados de saúde”, afirmou Lozare, que também salientou a necessidade de uma comunicação mais clara, com um público-alvo bem definido e com mensagens-chave claras para as pessoas – evitando muitas mensagens ao mesmo tempo, o que pode confundi-las.

“Nossas campanhas de comunicação em saúde ainda têm muitas mensagens, fazendo com que a mensagem principal se perca. Precisamos também mostrar benefícios claros às pessoas e não dar ordens e falar em tom de autoridade.”

FONTE: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6249:infodemia-tem-tornando-resposta-as-emergencias-de-saude-ainda-mais-dificil-afirma-opas-em-aula-inaugural-de-pos-graduacao-de-comunicacao-em-saude&Itemid=875



Medo de exposição à COVID-19 afeta cobertura vacinal nas Américas

Embora os países das Américas tenham implementado estratégias inovadoras para impulsionar os programas de imunização durante a pandemia da COVID-19, a preocupação com o risco de exposição ao novo coronavírus, bem como os desafios de

acesso aos serviços durante o confinamento, levaram a uma redução na cobertura vacinal, mostram os resultados de uma série de pesquisas internas da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

As pesquisas foram realizadas com consultores dos programas de imunização da OPAS em 16 países da América Latina e 22 do Caribe e revelam que, à medida que as políticas de confinamento diminuíram e foram relaxadas, a oferta de serviços regulares de vacinação aumentou.

Isso se deve à implementação de medidas como a vacinação drive-thru, postos móveis de vacinação, vacinação em domicílios e outros locais estratégicos como bancos e escolas vazias, além da comunicação digital para enfatizar a importância da imunização durante uma pandemia.

Apesar desses esforços, no entanto, o Resumo da Situação dos Programas Nacionais de Imunização durante a Pandemia da COVID-19 revelou que a preocupação pública em torno do risco de exposição à COVID-19 afetou a demanda por serviços de vacinação. Outras questões, como confinamento ou distanciamento físico, bem como limitações no transporte público, também levaram à redução da cobertura vacinal e ao aumento das lacunas existentes.

Relatórios de 23 países revelam uma diminuição entre 12% e 14% no número de doses da vacina contra difteria, tétano e coqueluche (DTP) e da vacina contra sarampo, caxumba e rubéola (conhecida no Brasil como tríplice viral) administradas em crianças – se comparadas com o mesmo período do ano passado, principalmente em março.

O chefe do Programa de Imunização da OPAS, Cuauhtemoc Ruiz Matus, enfatizou a necessidade de “os países continuarem a implementar medidas e estratégias inovadoras para alcançar aqueles que não foram vacinados”. Ele também pediu esforços de comunicação “para transmitir mensagens à população sobre a importância da imunização e para manter as pessoas saudáveis e protegidas contra doenças evitáveis por vacinação”.

Na pesquisa, participantes de 17 países relataram um impacto na vigilância epidemiológica devido à mudança nas prioridades para os casos de SARSCoV-2. No entanto, outros fatores, como recursos humanos dedicados para a resposta à pandemia, redução das investigações de campo e triagens para doenças evitáveis por vacinas, bem como a suspensão do envio de amostras para análise, também dificultaram a vigilância. Os participantes da pesquisa também indicam que a notificação de casos diminuiu significativamente.

O fechamento das fronteiras internacionais e problemas com o transporte internacional também levaram a dificuldades na entrega de vacinas e suprimentos para programas nacionais de imunização, com entrevistados de 18 países (47%) relatando problemas nesta área.

Daqueles que responderam a pesquisa em 38 países, 12 também enfatizaram a interrupção dos serviços laboratoriais devido à redefinição de prioridade do trabalho de diagnóstico de casos da COVID-19.

A publicação analisou os resultados de pesquisas realizadas a cada duas semanas de abril até 6 de julho de 2020. Os inquéritos mostram que os serviços de vacinação de rotina têm aumentado lentamente nos últimos meses. Todos os entrevistados relataram na pesquisa mais recente que os serviços de vacinação estavam abertos.

FONTE: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52544/PAHOFPLIMCOVID-19200013_eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y



Conheça novos recursos para combater as teorias da conspiração sobre a COVID-19



UNESCO e parceiros lançam uma série de recursos para aumentar a conscientização sobre a existência e as consequências das teorias da conspiração relacionadas à crise da COVID-19. Foto: UNESCO

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em cooperação com a Comissão Europeia, o Twitter e o Congresso Judaico Mundial, lança uma série de recursos de aprendizagem visual, abrangentes e facilmente acessíveis, para aumentar a conscientização sobre a existência e as consequências das teorias da conspiração relacionadas à crise da COVID-19.

Os recursos também abordam como reconhecer as teorias da conspiração, entender o que as motiva, refutá-las com fatos e responder com eficácia aqueles que as divulgam.

A pandemia da COVID-19 desencadeou uma pandemia paralela de desinformação e rumores perigosos na forma de teorias da conspiração, incluindo explicações rebuscadas sobre as origens do vírus, como ele pode ser eliminado e quem é o culpado por sua propagação. As teorias da conspiração enfraquecem a ciência, os fatos e a confiança nas

instituições, assim como representam uma ameaça imediata para os indivíduos e as comunidades.

Sempre existiram teorias da conspiração, mas a pandemia em curso provou ser um terreno particularmente fértil para sua disseminação. Elas fazem parte de uma tendência mais ampla de ampliação do discurso de ódio e aumento de ataques racistas, xenófobos e antissemitas, que também visam a atingir as comunidades LGBTQ.

A diretora-geral da UNESCO, Audrey Azoulay, destacou os perigos da desinformação e dos rumores em relação à pandemia e a outras questões. “As teorias da conspiração causam danos reais às pessoas, à sua saúde e à sua segurança física. Elas amplificam e legitimam as ideias equivocadas sobre a pandemia e reforçam os estereótipos que podem alimentar a violência e as ideologias extremistas violentas”.

Os infográficos, disponíveis em árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo, serão amplamente divulgados nas redes sociais por meio da hashtag #PenseAntesDeCompartilhar (#ThinkBeforeSharing), das páginas de mídia social MIL CLICKS da UNESCO e do *site* da Comissão Europeia sobre o combate à desinformação.

Para a vice-presidente da Comissão Europeia para Valores e Transparência, Věra Jourová, a desinformação e as teorias da conspiração prejudicam a saúde de das democracias – isso se tornou muito claro no contexto de uma pandemia global. “Os cidadãos devem estar munidos com ferramentas úteis para reconhecê-las e desmascará-las. Para apoiar os cidadãos, as instituições públicas precisam trabalhar em conjunto e com plataformas digitais, profissionais da mídia, verificadores de fatos e pesquisadores, da forma como a Comissão Europeia e a UNESCO estão fazendo”.

Os recursos de aprendizagem visual complementam o trabalho da UNESCO em Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) e os gráficos educacionais relacionados, produzidos como parte da resposta da Organização à COVID-19. Eles foram elaborados com base nos conselhos de especialistas, como o autor do *Guide to Conspiracy Theories*, o professor Michael Butter; e os autores do *Conspiracy Theory Handbook*, Stephan Lewandowsky e John Cook.

Como parte do lançamento desses recursos, o prof. Butter destacou o importante papel da educação: “Agora já existem muitas evidências que mostram que as pessoas que aprenderam o que são e como funcionam as teorias da conspiração são muito menos receptivas a elas. É fácil: a educação é a chave”.

Lewandowsky afirmou que as teorias da conspiração podem ser vistas como desprezíveis, mas que elas podem ser perigosas; segundo ele, “as teorias da conspiração têm consequências adversas na sociedade. Isso é especialmente verdadeiro durante uma pandemia, quando a crença em conspirações pode prejudicar ou até matar

pessoas. Portanto, é essencial que o público seja informado sobre como identificar as teorias da conspiração para que as ignore”.

A campanha é promovida como parte do trabalho da UNESCO na área de Informação Midiática e Informacional (*Media and Information Literacy*) e para combater o discurso de ódio, bem como apoiar seus programas sobre Prevenção do extremismo violento por meio da educação e Educação para a Cidadania Global.

FONTE: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/digital-transformation-brazil>

FONTE: <https://en.unesco.org/covid19/communicationinformationresponse/visualresources>



UNICEF: trabalho infantil aumenta 21% em São Paulo durante a pandemia

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) realizou um levantamento de dados sobre a situação de renda e trabalho com 52.744 famílias vulneráveis de diferentes regiões de São Paulo, que receberam doações da organização. Entre os dados levantados de abril a julho de 2020, o UNICEF chama a atenção para a intensificação do trabalho infantil: a prevalência total aumentou 26%, comparando as famílias entrevistadas em maio com as entrevistadas em julho.

“Vemos o aumento do trabalho infantil nas crianças e nos adolescentes vulneráveis e isso nos acende um alerta importante. É urgente apoiar as famílias para que tenham alternativas de renda e trabalho no contexto da pandemia. É necessário redobrar o compromisso de proteger cada criança e cada adolescente de toda e qualquer forma de violência, inclusive da exploração do trabalho infantil”, afirmou a coordenadora do UNICEF em São Paulo, Adriana Alvarenga.

Para a procuradora do Trabalho, Elisiane Santos, os dados apurados no levantamento do UNICEF são importantes para orientar políticas que precisam ser realizadas, de forma urgente, para o enfrentamento ao trabalho infantil.

“Entre essas políticas, estão a identificação das famílias e inserção destas em programas sociais, transferência de renda, acompanhamento socioassistencial e políticas emergenciais em razão da pandemia, em especial que atenda as famílias mais vulneráveis, em sua maioria composta por mulheres e negras”.

Ela esclarece que o Ministério Público do Trabalho tem atuação voltada à erradicação do trabalho infantil, por meio de articulações no Executivo e Legislativo municipais, estaduais

e federal, a fim de garantir a implantação de políticas públicas de prevenção e enfrentamento do trabalho infantil, informando que o município de São Paulo foi notificado para a adoção de ações emergenciais durante a pandemia.

Com o objetivo de apoiar as famílias vulneráveis na cidade de São Paulo no enfrentamento da pandemia, o UNICEF, com o Ministério Público do Trabalho (MPT), uniu-se a parceiros da sociedade civil e do setor privado para entrega de doações de kits de higiene, limpeza e alimentos para esses moradores, em particular de favelas e comunidades. A distribuição dos produtos contou com a parceria das organizações Sociedade Santos Mártires, Rede Ibab Solidária, Bakissi Auetó Mona Cafunge, Visão Mundial e Serviço Franciscano de Solidariedade (Sefras). Em São Paulo, as doações chegaram a 88 mil famílias, totalizando cerca de 380 mil pessoas. Parte dessas famílias foi ouvida no levantamento realizado sobre a situação de renda e trabalho.

O levantamento envolveu famílias vulneráveis em nove distritos da Zona Sul (Campo Belo, Campo Limpo, Capão Redondo, Cursino, Grajaú, Jardim Ângela, Jardim São Luís, Parelheiros e Santo Amaro); oito distritos da Zona Leste (Belém, Cangaíba, Cidade Tiradentes, Guaianases, Itaim Paulista, Mooca, Ponte Rasa e São Mateus); sete distritos da Zona Norte (Brasilândia, Cachoeirinha, Casa Verde, Freguesia do Ó, Jaçanã, Santana, Vila Medeiros); e cinco distritos do Centro (Bom Retiro, Consolação, Pari, República, e Sé).

Impacto nas mulheres

Entre os responsáveis pelos domicílios, a predominância é de mães, chefes de família, sendo 79,1% mulheres, contra 20,7% homens, que têm, em média, de 41 a 43 anos. As mulheres também são as mais afetadas no âmbito socioeconômico em que estão inseridas: 44,7% já estavam desocupadas antes da pandemia, em comparação a 36,1% dos homens.

Ao todo, 30,4% das pessoas responsáveis pelos domicílios perderam o emprego por conta da pandemia; 15,7% continuavam trabalhando, mas ganhando menos; e apenas 10,9% dessas pessoas estavam trabalhando normalmente. Isto é, a pandemia também teve impacto no trabalho para 46% das famílias, em que a pessoa responsável perdeu o emprego ou está ganhando menos.

Trabalho infantil

No conjunto dos domicílios em que mora pelo menos uma criança ou um adolescente, a incidência do trabalho infantil era de 17,5 por 1.000 antes da pandemia, e passou a ser 21,2 por 1.000 depois da pandemia – um aumento de 21%.

Quando observamos a incidência do trabalho infantil ao longo do tempo, percebemos que as famílias cadastradas em maio, junho e julho tinham taxas parecidas antes da pandemia – 17,5 por 1.000, aproximadamente.

Mas a taxa de domicílios em que alguma criança ou algum adolescente começou a trabalhar depois da pandemia aumentou de 2,5 por 1.000 em maio para 6,7 por 1.000 em julho. Ou seja, em dois meses, a incidência do trabalho infantil entre as famílias cadastradas aumentou 24%: passou de 19 por 1.000 para 24 por 1.000.

Enfrentamento de violências contra crianças e adolescentes

O UNICEF e o Ministério Público do Trabalho têm uma parceria nacional para o enfrentamento de todas as formas de violência contra crianças e adolescentes, inclusive o trabalho infantil. Além disso, o UNICEF está trabalhando com parceiros da sociedade civil e com empresas para a geração de mais oportunidades de aprendizagem e inserção segura e protegida no mundo do trabalho para adolescentes e jovens.

FONTE: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-alerta-para-aumento-de-incidencia-do-trabalho-infantil-durante-pandemia-em-sao-paulo>



UNODC e CGU discutem nova parceria no combate à corrupção

Representantes do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e da Controladoria-Geral da União (CGU) realizaram uma videoconferência, na última sexta-feira (14), para identificar prioridades nacionais no combate à corrupção e discutir parceria e cooperação entre as duas instituições.

Participaram do encontro a diretora do Escritório de Ligação e Parceria do UNODC no Brasil, Elena Abbati, o coordenador da Unidade de Estado de Direito do UNODC, Nivio Nascimento, o especialista em Segurança Pública, Justiça Criminal e Compliance, Eduardo Pazinato; o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário, a chefe da assessoria internacional, Camila Colares, e o assessor do ministro, Silvio Oliveira da Silva.

Abbati ressaltou a parceria histórica entre UNODC e CGU, que teve início em 2005 com a realização do IV Fórum Global de Combate à Corrupção, e continuou em anos posteriores com a criação da 'Biblioteca Virtual sobre Corrupção', a implementação do 'Programa Olho Vivo no Dinheiro Público'.

Ela citou ainda o fortalecimento do acesso ao 'Portal da Transparência' que é uma iniciativa do governo brasileiro, premiada internacionalmente. Abbati também cumprimentou o trabalho realizado pela CGU no combate à corrupção e expressou o interesse do UNODC em fortalecer a parceria.

Wagner Rosário exaltou o trabalho desenvolvido pelo UNODC em todo o mundo e informou que a CGU está em fase de elaboração de um 'diagnóstico anticorrupção' que trata de aspectos de prevenção, detecção e sanção. "A ideia é que o estudo consiga identificar áreas que precisam ser melhoradas e, conseqüentemente, formular um plano de ação para resolução dos problemas identificados".

Durante o encontro, foram identificadas áreas de interesse comum como, ações de prevenção e combate à corrupção, pesquisas sobre corrupção, juventude e advocacy.

A diretora do UNODC acolheu as perspectivas de trabalho conjunto nas áreas de prevenção e combate à corrupção; lembrou que o UNODC é guardião da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC) e exaltou a perspectiva de atuar em conjunto com a CGU em projetos de interesse das duas instituições.

Sobre a UNCAC

Desde 1996, a corrupção começou a ser tema de interesse dos mais diferentes países que, de modo regional, iniciaram processos de acordos de ação conjunta nesse âmbito. Entretanto, as primeiras convenções firmadas não cobriam todas as regiões do mundo, deixando de lado grande parte dos países da Ásia e do Oriente Médio.

Assim, a comunidade internacional manifestou o interesse de delinear um acordo verdadeiramente global e capaz de prevenir e combater a corrupção em todas as suas formas. Assim, nasceu a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), da qual o UNODC é o guardião.

A UNCAC é o único instrumento anticorrupção universal legalmente vinculante e é uma ferramenta única para desenvolver uma resposta abrangente a um problema global. A convenção é composta por 71 artigos, divididos em 8 capítulos que tratam de prevenção, penalização, recuperação de ativos e cooperação internacional. São esses capítulos que requerem adaptações legislativas e/ou ações concomitantes à aplicação da convenção a cada país.

FONTE: https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_corruption/Publicacoes/2007_UNCAC_Port.pdf



Mais de 100 países interrompem serviços de assistentes sociais a crianças

O Fundo das Nações Unidas para a Infância informou que 104 países suspenderam serviços de assistência social por causa da pandemia do novo coronavírus.

No estudo, “Impacto Socioeconômico da Resposta à Covid-19”, o Unicef pesquisou a situação das crianças após a crise global de saúde pública em 136 nações.



Fechamento de escolas também teve consequências negativas, by © Unicef/Ahmed Mostafa

Lares

A chefe da agência, Henrietta Fore, contou que o Fundo está apenas começando a entender os danos causados por causa das medidas de combate à pandemia. Segundo ela, a Covid-19 aumentou a exposição dos menores à violência devido ao confinamento social quando as crianças ficam sob controle dos agressores.

As medidas também impediram que assistentes sociais pudessem visitar os lares para atender crianças e mulheres vítimas de abusos.

Uma outra consequência negativa da crise foi o fechamento das escolas, em muitos casos uma tábua de salvação para crianças que não têm como pedir ajuda em outras partes.

A pesquisa do Unicef mostra que dois terços dos países tiveram pelo menos um serviço social severamente afetado incluindo África do Sul, Malásia, Nigéria e Paquistão.

Meninas adolescentes

A maior proporção de suspensões ocorreu em nações do sul e centro da Ásia e do leste europeu.

A agência da ONU lembra que mesmo antes da Covid-19, quase metade das crianças em todo o mundo sofriam castigos corporais em casa. E três em cada quatro crianças, entre dois e quatro anos, estão expostas regularmente a uma forma de disciplina violenta.

Mesmo antes da Covid-19, quase metade das crianças em todo o mundo sofriam castigos corporais em casa

Uma em cada três adolescentes, entre 15 e 19 anos, é ou será vítima de seus parceiros íntimos durante a vida.

O estudo do Unicef observou que o isolamento social causado pela pandemia deixou crianças e famílias mais expostas, uma vez que ficou mais difícil para obter apoio de amigos, professores, assistentes sociais e integrantes das comunidades.

Para resolver a situação, o Unicef está apoiando governos e entidades parceiras a manter e a adicionar a prevenção aos serviços de resposta para crianças afetadas pela violência.

Crianças na rua

A agência citou o caso do Unicef em Bangladesh, que está fornecendo kits de higiene e máscaras, além de outros itens a crianças que vivem nas ruas, em favelas e áreas afetadas severamente pelo clima.

Além disso, estão sendo treinados trabalhadores sociais para uma linha nacional de assistência a menores.

A chefe do Unicef contou que mesmo antes da pandemia, os sistemas de proteção infantil já estavam com dificuldades para prevenir e responder a casos de violência, mas com a pandemia, a situação piorou.

Henrietta Fore afirmou que em tempos de crise, os governos precisam de medidas de curto e longo prazos para proteger os menores da violência incluindo investimentos em assistenciais sociais, criação de linhas de ajuda telefônica e recursos para os pais.

FONTE: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-alerta-para-aumento-de-incidencia-do-trabalho-infantil-durante-pandemia-em-sao-paulo>



Manual de referência de gestão de desastres da Austrália (estado de assistência) 2020

Este guia serve como uma fonte inicial de informações para aqueles indivíduos que se preparam para atividades de redução de risco de desastres ou implantação imediata com parceiros australianos que atendam crises. Além disso, destaca o papel importante que a Austrália desempenha na preparação, mitigação, resposta e recuperação de um desastre natural ou crise regional, particularmente na região Indo-Pacífico. Este livro de referência também fornece aos planejadores e tomadores de decisão de gerenciamento de desastres

uma visão melhor das capacidades do Australian Disaster Management (DM), aumentando assim a resposta civil-militar regional.

A discussão sobre o DM australiano inclui áreas-chave, como sua estrutura organizacional para gestão de desastres domésticos e estrangeiros, acordos internacionais de DM, programas regionais de treinamento e suporte a exercícios. Um entendimento profundo das capacidades da Austrália e de outras nações parceiras melhora a colaboração antes, durante e depois de uma resposta a desastres. Portanto, este manual enfoca o destaque de parcerias e uma revisão das respostas e esforços regionais recentes do país e não é uma avaliação das capacidades da Austrália.

FONTE: https://www.preventionweb.net/files/73185_2020australiadisastermangementrefer.pdf



15 anos após o Katrina: estaríamos preparados hoje?

Embora a exposição e a vulnerabilidade de Nova Orleans aos furacões tenham mudado desde o Katrina, o vento do furacão e a onda de tempestades continuam a representar um risco importante para a região da Costa do Golfo, apesar dos extensos esforços de mitigação. Revisões de desastres naturais históricos, como esta, são cruciais para a compreensão do risco atual e para validar a modelagem de perda de catástrofe probabilística e avaliações relacionadas.

Os cenários de amostra neste relatório ilustram como o cenário de risco mudou nos últimos 15 anos devido a mudanças nos fatores de risco, exposição e proteção. É crucial considerar esses fatores ao avaliar o cenário de risco atual ou em qualquer exercício de modelagem em nível local. Além disso, os cenários aqui demonstram a eficácia dos esforços de mitigação de riscos naturais e defesas contra enchentes, bem como o papel do resseguro em possibilitar a resiliência.

FONTE: <https://www.swissre.com/dam/jcr:a835acae-c433-4bdb-96d1-a154dd6b88ea/hurricane-katrina-brochure-usletter-web.pdf>



Acesso à tecnologia de assistência à idade: uma medida de construção de resiliência para pessoas mais velhas

Este relatório explora a interseção entre idade, gênero e deficiência e o uso de tecnologia assistiva (AT) por pessoas mais velhas, em resposta a emergências e como uma ferramenta para redução de risco de desastres (RRD). O relatório mostra que a AT pode ter um impacto positivo na independência, redução da vulnerabilidade e construção de resiliência para mulheres e homens idosos em crises humanitárias. Este relatório apela para a sensibilização e capacitação de organizações humanitárias para a inclusão e promoção do fornecimento de produtos assistivos (AP) na resposta humanitária e oferece uma visão sobre as principais áreas para permitir que o fornecimento de AT atenda com sucesso às necessidades dos idosos.

A principal recomendação decorrente deste estudo é garantir que o fornecimento de AT seja incorporado em programas de RRD e de resposta a emergências e integrado na programação de desenvolvimento principal. Para permitir o fornecimento efetivo de TA, as seguintes recomendações também são feitas (p. 5):

- A coleta de dados desagregados sobre sexo, idade e deficiência e o uso de ferramentas como a coleta de dados de idade em coortes de 10 anos e o pequeno conjunto de perguntas do Grupo de Washington.
- A inclusão de pessoas idosas no planejamento de resposta humanitária para medidas de RRD e a identificação de PAs chave que apoiariam pessoas idosas.
- Com pouca informação global sobre a necessidade de TA no autocuidado, é necessário explorar o uso de TA de baixo custo em contextos de emergência e aumentar o acesso a tais produtos básicos para ajudá-los.
- HelpAge e outros atores humanitários devem promover as 'quatro etapas' da OMS para a prestação de serviços de AT (avaliação adequada, adaptação, treinamento de usuários e acompanhamento) dentro da resposta humanitária mais ampla entre outras partes interessadas para garantir que as necessidades de AT dos idosos sejam integradas sistemas de saúde mais amplos.
- Dentro das limitações de um ambiente de emergência, pode haver espaço para explorar PAs que poderiam apoiar os idosos, mas sem serem fornecidos por equipes profissionais, como fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais.
- Em termos do panorama da política humanitária, há um reconhecimento crescente das necessidades dos idosos e dos idosos com deficiência, especificamente vinculando a interseção de idade, gênero e deficiência, e a necessidade de AT manter sua independência e autonomia.

FONTE: <https://www.helpage.org/silo/files/access-to-ageassistive-technology--a-resilience-building-measure-for-older-people.pdf>



Collaborating Centre for Oxford University and CUHK
for Disaster and Medical Humanitarian Response
CCOUC 災害與人道救援研究所

Implicações de políticas para o gerenciamento de idosos em desastres

Este artigo discute os riscos de saúde relacionados a desastres de pessoas idosas em Hong Kong e apresenta recomendações de políticas importantes para uma melhor proteção desse grupo vulnerável. É importante notar que várias mensagens-chave foram destacadas no documento, incluindo que o envelhecimento da população é um fator importante que afeta a eficácia da gestão de desastres e o envelhecimento saudável é uma estratégia crucial de redução do risco de desastres.

Os idosos enfrentam vulnerabilidades específicas no bem-estar físico, mental e social em desastres. Eles provavelmente passarão por marginalização socioeconômica, isolamento, informações inacessíveis e falta de serviços de apoio pós-emergência relevantes durante desastres. Os idosos podem contribuir significativamente para a preparação, resposta e recuperação de desastres, mas suas capacidades são frequentemente subutilizadas. Não há um reconhecimento específico das funções e necessidades dos idosos no planejamento e resposta a desastres em Hong Kong. Recomendam-se ações de política para integrar as necessidades de saúde dos idosos relacionadas a desastres e permitir que contribuam.

Entre 2005 e 2014, desastres causaram danos totais de US \$ 1,4 trilhão em todo o mundo, com 1,7 bilhão de pessoas afetadas e 0,7 milhão mortas. Com mudanças climáticas, urbanização, degradação ambiental e pobreza, o mundo vem experimentando desastres com maior frequência e intensidade. Ao mesmo tempo, a população global está envelhecendo a uma velocidade sem precedentes: entre 2015 e 2030, o número de pessoas com 60 anos ou mais no mundo deve crescer 56%, de 901 milhões para mais de 1,4 bilhão. Os idosos, portanto, serão um grupo cada vez mais importante, tanto em termos de contribuição quanto de vulnerabilidades, em face dos desastres.

FONTE: <https://www.hkjcdpri.org.hk/download/policy/ImplicationsforManagingOlderPeopleinDisaster.pdf>



Mais riscos: como os idosos são excluídos nos dados humanitários

O objetivo deste estudo, encomendado pela HelpAge International, é avaliar as políticas e práticas existentes relativas à inclusão de dados sobre os idosos em termos de preparação para desastres e resposta humanitária. Os países cobertos são Bangladesh, Índia, Nepal, Paquistão, Sri Lanka, Camboja, Indonésia, Mianmar, Filipinas, Tailândia e Vietnã. A pesquisa se concentra em cinco desastres recentes, a saber, o Ciclone Nargis de 2008 em

Mianmar, as enchentes de 2010 no Paquistão, a Erupção Merapi de 2010 na Indonésia, o Tufão Haiyan de 2013 nas Filipinas e o Terremoto Gorkha de 2015 no Nepal. A pesquisa foi realizada em 2018.

Este estudo demonstra que os idosos são inadequadamente incluídos na coleta de dados relativos à preparação e resposta a desastres, o que os marginalizou mais do que o normal. Este estudo também mostra que há um equívoco de que as necessidades dos idosos e das pessoas com deficiência são semelhantes às da população em geral ou que usar "grupos vulneráveis" ou termos semelhantes como uma categoria é suficiente para capturar seu contexto específico, que não é o caso. A pesquisa também revela que o departamento de estatística de todos os países coleta dados mínimos e expande os conjuntos de dados no estágio anterior ao desastre, e essas informações poderiam ser usadas no período imediatamente após um desastre como um guia de referência para análise.

FONTE: <https://ageingasia.org/how-older-people-are-excluded-in-humanitarian-data/>



Beledweyne: Documento de trabalho sobre risco de inundação e resiliência urbana

Beledweyne, a maior cidade do estado de Hishabelle na Somália, sofre constantemente com inundações devastadoras. Na última década, as enchentes aumentaram em magnitude e recorrência, atingindo níveis alarmantes até 2019, quando 68% da cidade foi inundada. Este estudo foi concebido como um primeiro passo para explorar soluções de longo prazo para tornar a cidade de Beledweyne, incluindo suas comunidades mais vulneráveis, mais resiliente a enchentes e outros desastres naturais.

FONTE: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Beledweyne%20Resilience_v11_compressed_Part1.pdf

FONTE: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Beledweyne%20Resilience_v11_compressed_Part2.pdf

FONTE: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Beledweyne%20Resilience_v11_compressed_Part3.pdf

FONTE: https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Beledweyne%20Resilience_v11_compressed_Part4.pdf

FONTE:https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Beledweyne%20Resilience_v11_compressed_Part5.pdf

FONTE:https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Beledweyne%20Resilience_v11_compressed_Part6.pdf

FONTE:https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Beledweyne%20Resilience_v11_compressed_Part7.pdf

EVENTOS



Nota de conceito - Dia Internacional para a Redução do Risco de Desastres 2020

A Assembleia Geral das Nações Unidas designou 13 de outubro como o Dia Internacional para a Redução do Risco de Desastres para promover uma cultura global de redução do risco de desastres. É uma oportunidade de reconhecer o progresso que está sendo feito em direção à redução do risco de desastres e perdas de vidas, meios de subsistência e saúde, de acordo com a Estrutura Sendai para Redução do Risco de Desastres 2015-2030 adotada na Terceira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Redução do Risco de Desastres no Japão em março 2015. A Estrutura Sendai tem sete metas estratégicas e 38 indicadores para medir o progresso na redução do risco de desastres e perdas. Esses indicadores alinham a implementação da Estrutura de Sendai com a implementação dos ODS e do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas.

FONTE:https://www.preventionweb.net/publications/view/73197?&a=email&utm_source=pw_email

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

REDE DE CIDADES RESILIENTES DE LINGUA PORTUGUESA

<http://www.cidadesresilientes.net/>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>